



Potencial Consciência da Illicitude e Erro de Proibição

Érico Palazzo (@ericopalazzo)

Potencial Consciência da Ilicitude

Erro sobre a ilicitude do fato (Erro de proibição)

Erro de proibição	Significado	Natureza jurídica	Como saber?
Escusável, inevitável, invencível	Ainda que o agente tivesse feito máximo esforço, não poderia, de acordo com seu perfil, ter o conhecimento da ilicitude do fato.	Causa de exclusão da culpabilidade	Perfil subjetivo do agente (valoração paralela na esfera do profano)
Inescusável, evitável, vencível	Com esforço normal, o agente poderia ter evitado o erro e compreendido o caráter ilícito do fato.	Causa de diminuição de pena (1/6 a 1/3)	Perfil subjetivo do agente (valoração paralela na esfera do profano)

Potencial Consciência da Illicitude

Espécies de erro de proibição

- 1) **Erro de proibição direto** – o agente desconhece o conteúdo de uma infração penal, ou, se o conhece, interpreta de forma equivocada.
- 2) **Erro de proibição indireto** (descriminante putativa por erro de proibição) – o agente conhece o conteúdo de uma infração, mas, no caso concreto, acredita estar acobertado por uma excludente de ilicitude ou se equivoca em relação a seus limites
- 3) **Erro de proibição mandamental (erro mandamental)** – agente pratica uma omissão, acreditando não possuir, no caso concreto, o dever legal de agir (art. 13, §2º, CP)

- 1) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - Perito Oficial) A potencial consciência de ilicitude é elemento da
- a) voluntariedade.
 - b) culpabilidade.
 - c) tipicidade.
 - d) ilicitude.
 - e) punibilidade.

2) (Q2993945 - CESPE/CEBRASPE - PC AL - Delegado de Polícia Civil – 2023) No que diz respeito ao direito penal, julgue os itens a seguir.

Caracteriza erro de proibição direto o fato de o agente supor ser lícita uma conduta que é proibida no ordenamento jurídico; diferentemente do delito putativo, que é caracterizado pelo fato de o agente praticar uma conduta que acredita ser proibida, mas que, na verdade, é um indiferente penal.

3) (FGV - 2023 - TJ-RN - Oficial de Justiça - Judiciária – Direito) João, pessoa humilde e analfabeta, com 70 anos de idade, residente em zona rural, acabou por danificar, no exercício de suas atividades diuturnas pessoais, floresta considerada de preservação permanente. Ao ser ouvido, em juízo, o réu narrou que não sabia que a sua conduta era penalmente ilícita, considerando que sempre morou no campo e que o seu sustento sempre esteve ligado à fauna e à flora locais. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que NÃO há crime, em razão do:

- a) erro de proibição direto, excluindo-se a culpabilidade;
- b) erro de proibição indireto, excluindo-se a ilicitude;
- c) erro de tipo permissivo, excluindo-se a tipicidade;
- d) erro de permissão, excluindo-se a tipicidade;
- e) erro mandamental, excluindo-se a ilicitude.

4) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RS - Defensor Público) Acerca da estrutura analítica do crime, julgue o item a seguir.

O erro de proibição em crime culposos só é admissível nos crimes praticados com culpa consciente, pois deriva da valoração equivocada da ação negligente quando o agente, em razão de circunstâncias especiais, acredita ser lícita a sua ação descuidada.

5) (IDECAN - 2021 - PC-CE - Escrivão de Polícia Civil) Turista estrangeiro que chega ao Brasil portando munição, sem saber que sua conduta é proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro, poderá alegar ausência de

- a) culpabilidade pela falta de potencial consciência da ilicitude da conduta.
- b) ilicitude pelo exercício regular de direito.
- c) tipicidade pela falta de dolo.
- d) culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.
- e) conduta penalmente relevante.

6) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

Incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, em razão de uma excludente de punibilidade.

7) (CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Área Judiciária) Acerca dos institutos do erro de tipo, do erro de proibição e do concurso de pessoas, julgue o item subsequente.

O erro de proibição evitável exclui a culpabilidade.

8) (CESPE - 2015 - TJ-DFT - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) A respeito do direito penal, julgue o item a seguir.

O erro de proibição pode ser direto — o autor erra sobre a existência ou os limites da proposição permissiva —, indireto — o erro do agente recai sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal — e mandamental — quando incide sobre o mandamento referente aos crimes omissivos, próprios ou impróprios.